

**ALUNOS, MESTRES E OBJETOS: REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DA REFORMA FERNANDO DE AZEVEDO (1927-1930) NA CULTURA MATERIAL DA ESCOLA PROFISSIONAL VISCONDE DE MAUÁ**

*Isabella Paula Gaze<sup>1</sup>*

Fotografias dos tempos de escola relembram um passado que sempre nos emociona. Quem de nós não guardou fotos da época de estudante? Olhando essas fotos recordamos de professores e colegas, mas também dos objetos da escola: uniformes, material escolar, mobiliário, livros, cadernos e tantos outros que deixaram marcas deste tempo.

As fotografias que encantam e emocionam nos ajudam a refletir sobre o conhecimento histórico da educação. Mas neste caso, precisamos superar o olhar nostálgico, olhando através da imagem com as lentes de aumento do historiador. Buscar o que ficou na fotografia além do visível, significa que “a fotografia [é] como uma mensagem que se elabora através do tempo, tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento...” afirma Ana Maria Mauad (1996) apoiando-se em Jacques Le Goff.

Segundo esta autora, o uso da fotografia como fonte histórica requer do pesquisador uma abordagem transdisciplinar que ultrapasse as fronteiras da História, entrando no campo disciplinar da Antropologia e da Sociologia, extraíndo destas disciplinas conceitos importantes para a interpretação deste passado, como: cultura, ideologia, classes sociais, hegemonia, entre outros (idem).

Para o desenvolvimento da análise, Mauad apresenta a perspectiva histórico-semiótica, usada em sua dissertação ‘Sob o Signo da Imagem’:

[...] para se chegar àquilo que não foi imediatamente revelado pelo olhar fotográfico, há que se perceber: as relações entre signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora, e principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, na qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo. (MAUAD, 1990, p. 11)

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela UNIRIO, na área de História da Educação. Especialização em PROEJA pelo IFRJ. Licenciatura em História pela UFF. Professora de História da FAETEC, atuando como Coordenadora Geral do Centro de Memória da FAETEC (CEMEF). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira – NEPEB/HISTEDBR.

A partir desta perspectiva, ela analisa a mensagem fotográfica através de dois pontos: expressão e conteúdo que formam uma totalidade para sua compreensão. O primeiro compreende as escolhas técnicas e estéticas enquanto o segundo dedica-se ao “conjunto de pessoas, objetos, lugares e vivências que compõe a fotografia” (MAUAD, 1996). Outro aspecto da metodologia de análise usada pela historiadora são cinco categorias espaciais que não estão isoladas e podem formar interseções: espaço fotográfico; espaço geográfico; espaço do objeto; espaço da figuração e espaço da vivência.

A fotografia não reproduz o passado através das imagens capturadas pelo “click” do fotógrafo. Assim como toda e qualquer fonte de pesquisa, ela é um registro documental do vivido que precisa da mediação do historiador e seus questionamentos para ser interpretado no presente. Como escreve a autora: “A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas” (MAUAD, 1996).

Com base nesta metodologia de análise, usarei como fonte privilegiada, uma série de fotografias da Escola Profissional Visconde de Mauá, sem identificação de autor e data, que novos indícios apontam o período de Fernando de Azevedo na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal.

Este acervo imagético foi doado à escola pelo Prof. Guttman e usado pela Prof.<sup>a</sup> Maria Ciavatta em *Escola do Trabalho: História e imagens* (1993), e, hoje, faz parte do acervo do centro de memória da escola. Nessa investigação a pesquisadora apresentou a entrevista realizada com o professor que auxiliou na identificação das fotos, mas não sabia informar o autor e a época em que foram tiradas.

[...] as fotografias são do acervo pessoal do Prof. Cristolino Guttman de Souza, ex-aluno e ex-professor da Escola, que as obteve com o Prof. Osvaldo Cruz, ‘que, talvez, as tenha conseguido com o Prof. Nagib’ que foi funcionário da secretaria da escola durante muito tempo[...] O Prof. Guttman relata que as fotos não são do seu tempo (CIAVATTA, 1993, p.99-100).

Nesta época acreditava-se que as imagens teriam sido realizadas durante a gestão de Anísio Teixeira na Diretoria Geral de Instrução Pública, pois Prof. Guttman que estudara na escola a partir de 1934, reconheceu a Prof.<sup>a</sup> Irecê de Matemática, do seu tempo de estudante. Além da indefinição do tempo em que foram produzidas, aulas de disciplinas de cultura geral

retratadas nas imagens também contribuíram para que fosse apontada, como provável data a década de 1930.

Atualmente, devido às novas tecnologias, é possível contar com maior facilidade de acesso a determinadas fontes documentais. Um bom exemplo são os periódicos da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional que estão online à disposição de pesquisadores e historiadores, possibilitando novos caminhos para a pesquisa histórica<sup>2</sup>. Assim, ao me aprofundar na pesquisa sobre a primeira década da Escola Profissional Visconde de Mauá, objeto da dissertação do mestrado<sup>3</sup>, através desses periódicos, tive acesso a publicações da Diretoria Geral de Instrução Pública, que indicam com grande possibilidade, que a série fotográfica, em questão, foi produzida durante a gestão de Fernando de Azevedo nesta Diretoria, mesmo período do Professor Álvaro Palmeira como diretor da escola, retratado no conjunto fotográfico.

Dr. Álvaro Palmeira<sup>4</sup>, médico e professor, foi vice-diretor durante os últimos anos da gestão de Dr. Orlando Lopes e assumiu a direção da Escola Visconde de Mauá, logo após o falecimento deste. Atuou como diretor da Escola no período de 22 de setembro de 1927 a 09 de fevereiro de 1931, quando foi afastado pelo Diretor Geral de Instrução Pública, Dr. Raul Faria, nomeado para o cargo substituindo Fernando de Azevedo, após a Revolução de 1930<sup>5</sup>.

Outra informação foi a designação de Irecê de Castro Miranda<sup>6</sup> como professora adjunta do curso complementar da Escola Profissional Visconde de Mauá, datada em agosto de 1928.

<sup>2</sup> <<http://hemerotecadigital.bn.br/>> Através deste endereço eletrônico é possível acessar os periódicos digitalizados da Biblioteca Nacional. As pesquisas podem ser realizadas por periódico, por período ou por local.

<sup>3</sup> Maiores informações podem ser encontradas na dissertação defendida para o Mestrado em Educação, intitulada **Orlando Corrêa Lopes: A gestão de um anarquista na Escola Profissional Visconde de Mauá (1916-1927)**, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Maria Souza Martins, UNIRIO, 2013.

<sup>4</sup> Assim como Dr. Orlando, foi anarquista e participou da Insurreição Anarquista em 1918 no Rio de Janeiro (ADDOR, 2007). Em 1920 entrou para a maçonaria chegando a atingir o cargo de Grão-mestre, é possível encontrar muitas referências na internet relacionando-o à Loja do Grande Oriente do Brasil. Disponível em: <<http://sgec.gob.org.br/index.php>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

<sup>5</sup> FOI afastado do cargo o diretor da Escola Visconde de Mauá. **Diário da Noite**. RJ, p.1, 9 fev. 1931. Disponível em:< [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_01&PagFis=4812](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&PagFis=4812)>. Acesso em: 3 fev. 2013.

<sup>6</sup> ATOS de ontem da Instrução Pública. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 4, 02 ago. 1928. Disponível em:< [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_05&PagFis=26339](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&PagFis=26339)>. Acesso em: 3 fev. 2013.

Considerando que ambos estão retratados na coleção e cruzando as datas entre o período da gestão de Álvaro Palmeira e a designação da Prof.<sup>a</sup> Irecê, pode-se inferir que as fotografias foram produzidas entre agosto de 1928 e o final de 1930, período em que Fernando de Azevedo esteve à frente da Diretoria de Instrução Pública.

Quanto às aulas de cultura geral retratadas nas imagens, é importante esclarecer que faziam parte do currículo da escola profissional antes da gestão de Anísio Teixeira. Assim, matemática, física, química, desenho e música faziam parte do curso de adaptação das escolas profissionais masculinas desde a Reforma do Ensino Público Municipal n. 838 de 20 de outubro de 1911. Enquanto as disciplinas de português, história, geografia e educação física foram introduzidas no currículo das escolas profissionais pelo Decreto n. 2940 de 22 de novembro de 1928 que regulamentava a Reforma Fernando de Azevedo no Distrito Federal.

Tais ponderações são importantes para situar a coleção de fotografias no seu tempo histórico, justificando sua seleção como fontes privilegiadas para identificar as possíveis apropriações e representações da Reforma Fernando de Azevedo na cultura material da Escola Profissional Visconde de Mauá.

A coleção é composta de 28 fotografias que apresentam os sujeitos da escola, mas também sua materialidade. Estão ali representados de forma integrada formando um todo harmônico: alunos, professores, prédio escolar, quadro de giz, mobiliário, material didático, cadernos, mapas, máquinas, ferramentas de trabalho entre outros, que possibilita reflexões e (re)significações da cultura material escolar.

Os historiadores da educação têm pesquisado objetos escolares compreendendo-os como integrantes da cultura escolar, produzidos em e para um dado tempo histórico. Desta forma, objetos escolares revelam práticas educativas e concepções de educação de determinado tempo e lugar, não aparecendo espontânea e naturalmente e não ocupando um lugar na escola apenas por necessidades óbvias. Eles também comunicam e cumprem o papel de intermediação social e cultural, como afirma José M<sup>a</sup> Hernández Diaz (2002). O autor nos chama atenção para importância dos utensílios escolares nas relações cotidianas, nas transmissões de modelos culturais e na formação dos currículos, sendo fundamentais na pesquisa histórica para compreensão da cultura escolar, a partir de leitura e interpretação críticas. Assim expressa Hernandez Diaz (ibidem).

Las cosas, los objetos, guardan un orden, cumplen una función en el aula, en los espacios del colegio, de la escuela o del Instituto. Es un orden convencional, impuesto, casual, visible a veces, o bien un sistema de relaciones invisible, ordenado, permitido, negociado o desestructurado en otras ocasiones. [...] todos los elementos y materiales visibles o ausentes no son neutros, construyen relaciones con y entre todos aquellos agentes que viven en el espacio común, conviven en torno a una tarea y utilizan materiales, comunes a veces, personales e individuales otras. (p. 225-6)

Compreendo, então, os objetos escolares não como figurantes, mas como elementos importantes na reprodução das relações entre os sujeitos no interior da escola e na transmissão da cultura escolar para fora de seu lócus; nas representações de normas e legislações no cotidiano escolar e na materialização das mudanças e resistências na educação, impulsionadas pelo processo histórico e social.

## **Escola Nova: Futuro da Nação**

Fernando de Azevedo assume a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930), aprovando a reforma educacional cujos pilares eram escola única, escola do trabalho e escola- comunidade.

Desde o início do século XX, através da atuação do Prefeito Pereira Passos (1903-1906), a cidade do Rio de Janeiro se transformara em cenário de reformas urbanísticas e higienistas. Os sucessivos governos republicanos almejavam uma capital que servisse de cartão postal para o exterior e um modelo a seguir internamente. Desta forma, se politicamente, projetava-se uma capital reformada de acordo com os parâmetros de modernidade da época, também se apostava no papel da educação como reformadora social. Dentro deste contexto, a década de 1920 ficou conhecida pelas diversas iniciativas de reformas educacionais no Brasil, consequência de uma expectativa que relacionava diretamente a expansão da educação com o desenvolvimento da nação.

No início da gestão de Azevedo, em entrevista concedida ao jornal *A Noite*, o professor Sud Mennucci, participante da equipe de Fernando de Azevedo na Instrução Pública

do Distrito Federal, defendia as bases das mudanças educacionais que eram debatidas para a escola pública<sup>7</sup>:

Nós temos, até agora, em toda parte, um typo de escola mais literária que útil. E nas sociedades industriaes que somos, e de que o Rio é legitimo expoente, há que contar, para o dia de amanhã, com o trabalho consciente dos meninos de hoje. Não podemos e não devemos dar-lhes uma educação primaria que, logo, ao sahir da escola, abandone essa criançada a si mesma absolutamente impreparada a lutar no meio em que vae agir, e tendo, por isso de refazer, às pressas a sua aprendizagem. As escolas officiaes não podem esquecer que servem de preferênciã à população pobre, formada, na sua maioria, daquelles que se destinam, na vida a operários, artesãos, artífices [...] É preciso, pois, preparal-a, orientando-a, desde o curso primario, para esse objetivo (FALA..., 1927, p. 1).

Percebe-se a concepção de uma escola dual, própria à sociedade burguesa, em que o Estado assume a responsabilidade de educar a infância pobre preparando-a para ser um adulto trabalhador, produtivo e autônomo, que deveria contribuir com o desenvolvimento de um país moderno e industrializado. Daí, a importância da reforma educacional na capital servir de modelo para todo o Brasil. Como ele mesmo afirmava na entrevista: “Realizada a reforma, o Distrito assumirá o papel que lhe cabe na Federação: o de núcleo irradiador das organizações modelares” (ibidem).

O adjetivo ‘novo(a)’ aparece diversas vezes durante a entrevista, expressões como: “novo aparelhamento do ensino”, “inovações de vulto”, “ideias novas”, “novo método”, “novo processo” são usadas caracterizando a intenção de demarcar uma fronteira entre o “passado atrasado” e o que se quer daquele momento em diante.

Esta proposta de escola do trabalho liberal e capitalista, também defendia princípios higienistas e eugênicos. O Professor Sud Mennucci declarava que “... não se compreende criança moderna que não seja sadia...”, esclarecendo que a reforma se preocuparia necessariamente com a saúde escolar, criando nas escolas: gabinetes dentários, consultórios médicos, banheiros, pátios para ginásticas e piscinas, tudo “para garantir a hígidez da raça...” conforme ele mesmo afirmava (ibidem).

Em entrevista ao jornal *A Noite*, Fernando de Azevedo defendeu a Reforma para além de sua gestão<sup>8</sup>: “O legislador que pretenda traçar obra definitiva na sua inteireza estrutural,

---

<sup>7</sup> FALA à *A Noite* o Prof. Mennucci, director do serviço de Recenseamento Escolar. *A Noite*, RJ, p. 1-2, 5 mar. 1927. Disponível em < [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_02&PagFis=19423](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_02&PagFis=19423) >. Acesso em 8 fev. 2013.

não se pode cingir no limite de um quadriênio...” (ATRAVÉS..., 1927, p.1). Afirmava, ainda, que esta não fora realizada por motivações burocráticas, mas estruturada em bases técnicas e profissionais buscando solucionar a desarticulação do ensino e garantir que todas as 70.000 crianças do Distrito Federal, em idade escolar que se encontravam fora da escola, fossem matriculas.

Seu discurso procurou separar a Reforma do aspecto meramente legal, associando-lhe à superação de um passado educacional desorganizado e sem propósito social para a educação. Desta forma, buscou relacioná-la aos conhecimentos da pedagogia liberal e às ideias escolanovistas, em que escola e trabalho caminhariam juntos na construção de uma sociedade harmônica. Através desta relação construída dentro da escola, as classes sociais conviveriam pacificamente, superando as diferenças pelo objetivo comum que deveria ser a democracia capitalista. Assim, a escola seria o lugar; o trabalho seria o método e a nação, o fim.

Reproduzo a seguir trechos desta entrevista, onde Fernando de Azevedo deixou claro quais seus objetivos e finalidades com a Reforma:

A moderna organização da educação popular não visa apenas o ensino propriamente: estende o seu objectivo a todos os terrenos da vida social. Fazze motivo primário de equilíbrio, energia que coordena as castas e as gerações prevenindo futuros dissídios, que abranda pelo contacto intelligente todas as razões latentes da discórdia. [...] É a escola essencialmente democrática – acolhedora, equalictaria, productiva. Estará aberta a todos, ricos e pobres. A creança pobre aprenderá ali a trabalhar. A creança rica, trabalhando igualmente, aprenderá a respeitar o alheio trabalho. Mais tarde, quando as condições econômicas e sociaes apartarem em castas a primitiva multidão, haverá entre pobres e ricos entendimento tácito, sympathia familiar adquirida pelo primeiro convívio – uma razão legítima, portanto, de unidade e cooperação (ATRAVÉS..., 1927, p.1).

A partir de suas afirmações, é possível inferir que, para ele, a educação pelo trabalho livre cumpria o papel de romper com um passado que associava o trabalho à escravidão. Nesta sociedade brasileira moderna, que se almejava construir, seria necessário estabelecer novas identidades com o trabalho e para tanto a escola era fundamental.

---

<sup>8</sup> ATRAVÉS da palavra do director da Instrucção Publica – reforma do ensino. **A Noite**, p. 1, 21 out. 1927. Disponível em < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_02&PagFis=21183](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&PagFis=21183) >. Acesso em: 8 fev. 2013.

### **Uniformes Escolares: considerações sobre a cultura material escolar na Reforma**

Pesquisando sobre a gestão de Fernando de Azevedo na Instrução Pública do Distrito Federal, em jornais e periódicos de 1927 a 1930, acompanhei elementos da cultura material escolar, associados ao ideário da Reforma. Além da questão das edificações escolares, também são temas, uniforme e material escolar, elementos deste projeto que se pretendia de ruptura com o passado da educação brasileira.

Em 6 de outubro de 1927, *O Paiz* publicou matéria sintetizando o primeiro ano de gestão do Prefeito Prado Junior, onde a Instrução Pública mereceu destaque, com elogios à proposta de reforma educacional, ao recenseamento escolar, à construção do novo prédio da Escola Normal e à compra de material escolar<sup>9</sup>. A matéria dizia o seguinte:

A Directoria providenciou também para o arrolamento de todo o material (moveis e utensílios) das escolas públicas. Foi organizada uma comissão constituída dos Srs. Drs. Manoel Teixeira Pires Villela e Edgar Duque Estrada para fazer esse arrolamento em cada districto escolar, sob a presidência dos respectivos inspectores escolares. Uma vez conhecida, com precisão, a situação actual em relação ao mobiliário todo o material imprestável ou de muito uso será substituído por um typo único de carteira escolar adoptado oficialmente (O ESFORÇO..., 1927, p. 9).

A obrigatoriedade do uniforme escolar determinada pela Reforma Fernando de Azevedo, foi severamente questionada pelo periódico *Crítica*<sup>10</sup>. O artigo acusava o Diretor da Instrução Pública de excluir das escolas municipais, os filhos dos pobres que não possuíam condições financeiras de arcar com a compra de uniformes. O articulista dizia que dezenas de moças pobres, “mas inteligentes, aplicadas, estudiosas” teriam desistido da carreira do magistério devido aos custos com o uniforme. Encerra o artigo desta forma: “Abaixo a idiotice dos uniformes, entrave oposto pela tola caramunhenta do Sr. Fernando de Azevedo à alfabetização dos filhos do povo” (OS UNIFORMES..., 1929, p.2).

<sup>9</sup> O ESFORÇO constructor e fecundo do Governo Municipal: Ligeira syntese da obra do Prefeito Antonio Prado Junior em 10 mezes de administração do Districto Federal. *O Paiz*, RJ, p. 9, 6 out. 1927. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&PagFis=31439](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=31439) >. Acesso em 8 fev.2013.

<sup>10</sup> OS UNIFORMES das Escolas Publicas Municipaes e da Escola Normal. *Crítica*, RJ, p. 2, 21 abr. 1929, Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=372382&PagFis=979> >. Acesso em: 10 fev. 2013.



O jornal *A Noite* (8 mar. 1927, p. 2) participou deste debate, a partir de cartas recebidas de pais de alunos que reclamavam sobre a obrigatoriedade do uniforme<sup>11</sup>, denunciando algumas diretoras que não admitiam a entrada de alunos sem o uniforme ou por quererem fazer deste “verdadeiro exemplar de luxo”. O Diretor da Instrução Pública se justificou alegando equívocos na interpretação da lei, que apesar de exigir o uso do uniforme, determinava que fossem “simples, resistentes e de agradável aspecto” e a própria Diretoria estabeleceria o modelo oficial, enquanto a caixa escolar forneceria o uniforme “ao aluno reconhecidamente pobre” (ibidem).

Este caso dos uniformes parece emblemático para algumas reflexões sobre a construção da materialidade da Reforma proposta por Fernando de Azevedo. O uniforme, além de simbolizar a padronização do ensino, possibilitou sua circulação para fora dos muros da escola, dando visibilidade às mudanças, como uma marca registrada. Significava a demonstração oficial de que a Reforma era fato, e não apenas ‘letra morta’. Também representava a intenção de caracterizar que nesta nova escola, não se fazia distinção entre classes sociais. Outro aspecto, que podemos levantar, trata-se da associação entre o uniforme e o mundo do trabalho, identidade material própria em diversos ramos da produção, de serviços e de determinadas profissões. A última reflexão a ser feita, diz respeito, a relação do uniforme com a política educacional higienista: o uso do uniforme significou vestir os corpos e calçar os pés (quando descalços ficariam vulneráveis às doenças). Ao impor uma forma de vestir como um símbolo próprio da escola, esta passou a exercer, também sobre o aluno, o controle das normas pessoais de conduta e higiene relacionadas ao seu uso. Enfim, por todas essas considerações, acredito que a obrigatoriedade do uniforme, longe de ser casual, significou um importante símbolo da Reforma, tornando-se peça fundamental na construção da cultura material escolanovista.

Desta forma, as reclamações denunciadas pelos jornais da época, contra a imposição do uniforme, que em vez de ser percebido como símbolo de identidade da escola para todos, foi recebido, no primeiro momento, como elemento concreto da diferença entre as classes. Para os trabalhadores, o uso do uniforme significou mais uma barreira social, além de todas as

---

<sup>11</sup> OS UNIFORMES dos alumnos das escolas primárias: Explicações do director da Instrução Pública. *A Noite*. Rio de Janeiro, p. 2, 08 de março de 1927. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_02&PagFis=25096](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_02&PagFis=25096) > Acesso em: 10 fev.2013.

outras, que precisavam transpor diariamente para que seus filhos frequentassem a escola. Assim resistir ao seu uso, para eles significava lutar, de fato, por uma escola para todos.

### **Retratos da Escola do Trabalho: A cultura material na Reforma da Instrução Pública**

A impossibilidade de identificar o autor das fotografias também não permitiu conhecer seu objetivo imediato. De quem seria a iniciativa? Da Diretoria de Instrução Pública? Do diretor da escola? De alguma instituição social? Ainda não é possível saber. Entretanto, isto não compromete sua função histórica e as informações e questões possíveis de serem levantadas a partir de sua análise. Conforme assinalado anteriormente, este artigo defende que as fotografias foram tiradas os anos de 1928 e 1930.

Álvaro Palmeira apoiava as iniciativas de Fernando de Azevedo. Foi voluntário no recenseamento escolar promovido pelo Diretor Geral de Instrução Pública (*O Imparcial*, 19 mar. 1927); aderiu ao jantar do Jôquei Club organizado pelos seus admiradores (*Correio da Manhã*, 03 set. 1927, p. 8); fez parte da Comissão Organizadora dos Programas de Ensino Profissional nomeada por Fernando de Azevedo (*Jornal do Brasil*, 12 jan. 1929, p.18); realizou conferência sobre o ensino técnico profissional pela Diretoria Geral de Instrução Pública com os temas: “O momento social contemporâneo e os novos métodos educativos” e “A maior afirmação de brasilidade: a cruzada pela educação nacional” (*A Manhã*, 01 jun. 1929, p. 5).

Desta forma, seja pela iniciativa da própria direção da escola, seja da prefeitura do Distrito Federal, as fotografias estavam inseridas num contexto de apoio à Reforma. Assim, foi possível usá-las como fonte para interrogar este momento histórico.

### **Decifrando as imagens**

Para analisar as fotografias, este trabalho apoiou-se na metodologia proposta por Ana Maria Mauad. Isto significou compreendê-las como produtos da cultura e da sociedade na qual foram produzidas, desta forma, contribuem para a divulgação de comportamentos e representações. Sua produção está impregnada de sentido, cuja mensagem é transmitida tanto pela imagem capturada quanto pelas possibilidades que não foram retratadas. (MAUAD, 1996, p.12)

Das categorias espaciais sugeridas pela autora, trabalhei com o espaço físico; os objetos, suas representações e relações; as pessoas e animais e as atividades. Estes espaços foram categorizados para análise, mas para interpretação se integram e complementam.

Assim, a coleção foi dividida nos seguintes subgrupos:

<b>SUBGRUPOS</b>	<b>Fotografias</b>
<b>Edificações e instalações escolares</b>	3 fotos
<b>Salas de aula</b>	5 fotos
<b>Oficinas</b>	4 fotos
<b>Seções laborativas</b>	3 fotos
<b>Atividades laborativas</b>	5 fotos
<b>Higienismo</b>	4 fotos
<b>Sujeitos</b>	2 fotos
<b>Atividades artísticas (banda e cinema)</b>	2 fotos

Na impossibilidade de trabalhar com a coleção completa, foram selecionadas algumas fotografias de cada subgrupo para serem analisadas. Observando-as não é difícil perceber a intenção de mostrar ao leitor a existência de uma “... escola prática, activa, palpitante da realidade nacional, baseada no exercício pacífico do trabalho em cooperação” como apregoava o Diretor Geral de Instrução Pública (ATRAVÉS..., 1927, p.1).

Os jornais da época traziam matérias sobre as condições materiais das escolas, reclamações sobre prédios escolares inadequados, falta de infraestrutura, número insuficiente de carteiras escolares, salas de aula pequenas.

A administração de Prado Junior e Fernando de Azevedo se vangloriava pela inauguração do prédio do Almoxtarifado da Instrução Pública. A Reforma se apresentava como a única solução para a insatisfação generalizada. A legislação educacional incluía título próprio para normatizar a construção de prédios escolares. Como demonstrar que a mudança já começara? De certo, não seria fotografando prédios escolares fora dos padrões idealizados pela Instrução Pública. Era mais fácil usar como modelo, escolas que já obedeciam “rigorosamente as regras higiênicas e pedagógicas” (DEC. 2.940/1928, art. 614) determinadas pela legislação reformista. Analisando as fotos percebemos que a Escola Profissional Visconde de Mauá representava a contento esse papel de respeito aos padrões do higienismo escolar presente na Reforma.

A análise foi iniciada pelo subgrupo denominado edificações e instalações escolares. Desta foram selecionadas duas fotografias, a primeira retrata a edificação escolar em sua área externa e a segunda, as instalações da escola.



Figura 1: Entrada principal da Escola Profissional Visconde de Mauá. Autoria indefinida. 1928-30 (Centro de Memória ETEVM/CEMEF)

Nesta, o prédio principal da escola, em formato triangular, foi enquadrado à direita, onde visualizamos o vértice que se localizava a porta de entrada. O fotógrafo cortou propositadamente, o lado direito do Triângulo. Nota-se que a escolha deste enquadramento, priorizou o coreto à esquerda. As árvores encontravam-se bem podadas e cuidadas e o chão de terra batida aparentava ter sido limpo e varrido. O muro baixo e de grades com um pequeno portão do lado esquerdo do Triângulo, não impedia a visibilidade do coreto. Este, construído bem próximo da rua, ao lado da entrada principal, pode ser entendido como um símbolo de uma escola que se apresentava e se exibia ao público, mantendo comunicação permanente com seu exterior. O poste de luz, em frente ao coreto, nos indica que o cair da noite não seria motivo para encerramento das atividades ali apresentadas. A porta encontrava-se aberta, como se convidasse o observador a entrar. Algumas janelas também estão abertas. No alto da porta: o mastro e, disfarçada entre a copa da árvore, a bandeira nacional.

Na fotografia seguinte, o personagem principal é o mobiliário da administração escolar.



Figura 2: Gabinete do diretor. Autoria indefinida.  
1928-1930 (Centro de Memória ETEVM/CEMEF)

O enquadramento foi feito de dentro para fora, o telefone na parede à direita estabeleceu seu corte, insinuando que o fotógrafo fez questão que o aparelho não ficasse de fora. Afinal, o telefone era um importante símbolo de civilização, principalmente quando instalado numa escola afastada do centro urbano. Aqui, a porta aberta sugere que a direção está à disposição da escola. A luz refletida nas mesas indica alguma janela posicionada atrás da mesa do diretor. Percebemos a presença dele, nos objetos em cima de sua mesa: um caderno que parece ter sido fechado e arrumado rapidamente para aparecer na foto, deixando escapar pontas de papéis que insistiram em aparecer; livros; cadernos; papéis; régua; mata-borrão; tinteiro de vidro; vidro de goma arábica, enfim, uma mesa de trabalho. A mesa do diretor está acompanhada da mesa de reuniões, representando as decisões debatidas, como convinha a este tempo de mudanças. De acordo com a Reforma, as escolas profissionais se organizariam “sobre uma base de auto-governo” (DEC. 2.940/1928, art.274) e deveriam organizar o Conselho Escolar (art. 350). Ao lado da mesa do diretor, um banco e duas cadeiras formando um semicírculo, dão a entender que a sala era espaço de diálogo. A mesa de reuniões, com as cadeiras arrumadas ao seu redor, traz em cima um vaso de planta, um globo terrestre e um livro (de pontos?). Este, posicionado em frente da única cadeira afastada da mesa, sugere que alguém se levantara para a fotografia ser tirada. Algumas associações são pertinentes: a planta representando a trabalho agrícola; o globo terrestre, o saber escolar e o livro de ponto: o mestre. Ao fundo, as estantes encostadas solenemente na parede, zelam pelos livros, ícones do saber escolar. Neste conjunto harmônico de objetos escolares impregnados de simbolismo, não foram retratados os sujeitos, mesmo assim, eles estão lá,

presentes, representados em cada objeto, buscando demonstrar, a escola como um organismo vivo.

As próximas fotografias a serem analisadas pertencem ao subgrupo *salas de aula*. Foram selecionadas as aulas de História Natural e de Ciências Físicas e Naturais, disciplinas do Curso Complementar.

De acordo com a Reforma, para o ingresso na escola profissional, exigia-se o certificado do curso primário (em 5 anos) e a conclusão do Curso Complementar oferecido pela própria escola profissional (Art. 307). Este curso era considerado como primário superior e tinha finalidade vocacional, propondo desenvolver o interesse e a melhor escolha pela atividade profissional (Art. 344).

É possível avaliar que esta etapa intermediária representasse um papel estratégico na consolidação do ideário escolanovista e seus novos objetivos pedagógicos e sociais, pois será nesta fase que o aluno faz o primeiro contato com os saberes e práticas escolares, apresentados pela Reforma para a escola do trabalho.

Sônia Camara afirma que

[...] a escola deveria desenvolver hábitos novos, funcionando como espaço gerador e estruturante das práticas saudáveis, higiênicas e moralizantes, constituindo-se como espaço de socialização dos indivíduos e dos conhecimentos necessários ao seu processo de inserção social. (MIGUEL, VIDAL, ARAUJO, 2011, p. 188)

A autora acredita ser este o alicerce da propaganda desenvolvida em favor da Reforma por Fernando de Azevedo. Ainda, de acordo com a pesquisadora, “... a escola era pensada como aparelho dinâmico, criador e disciplinador de atividades e energias, capaz de transmitir um ideal às novas gerações” (ibidem). Neste aspecto, o curso complementar era fundamental, era o portão de entrada, o acesso para o ensino profissional. Através dele a escola do trabalho se abria ao aluno.

As duas fotografias a seguir representam esta etapa do ensino profissional.



Figura 3: Aula de História Natural. Autoria indefinida. 1928-1930 (Centro de Memória ETEVM/CEMEF)



Figura 4: Aula de Ciências Físicas e Naturais. Autoria indefinida. 1928-1930 (Centro de Memória ETEVM/CEMEF)

Entendendo que as duas representam a Reforma através do Curso Complementar, ponte entre saber científico e trabalho, a análise foi realizada conjuntamente. O enquadramento frontal, dos fundos para frente da sala, representa o olhar do ponto de vista do aluno. As salas são amplas, limpas e bem iluminadas. É possível perceber a luz natural de grandes janelas, ao lado esquerdo (figura 3) e ao lado direito (figura 4), além das lâmpadas penduradas no teto. As carteiras organizadas e individuais, os meninos uniformizados e de cabelos cortados, atentos à aula. Em cima das mesas cadernos abertos.

Em ambas as fotografias, observamos objetos escolares representantes do procedimento pedagógico, conhecido como *método intuitivo* ou *lições de coisas*. De frente e acima de todos, no alto de sua autoridade, as pranchas pertencentes ao conjunto do Museu Escolar Brasileiro, material didático próprio do Ensino Intuitivo. A postura do professor não é impositiva, mas antes de diálogo ou mediação.

Na aula de História Natural, lê-se no quadro de giz *Estudo da Raiz*, a prancha didática acompanha a explicação. Observa-se que tanto alunos como professor encontram-se sentados, simbolicamente se colocam no mesmo plano. Eles se olham, como se trocassem algumas ideias sobre o tema da aula, acompanhada por uma amostra de planta na frente da turma. Ao lado esquerdo, um aluno em pé (aguarda ou orienta) enquanto outro aluno de cabeça baixa observa algo em um microscópio. Bem à frente dos dois, um terceiro aluno, com as duas mãos para cima, aparenta estar manipulando algum objeto, estudando-o.

No Blog CEMI da pesquisadora, Heloísa Meirelles<sup>12</sup>, encontramos cópia de três destas pranchas de História Natural: da esquerda para direita, o primeiro (mamíferos roedores), o oitavo (mamíferos - idade do cavalo, do boi e do carneiro) e o nono (mamíferos cetáceos).

Na figura 4, aula de Ciências Físicas e Naturais, novamente, alunos e professor no mesmo plano, desta vez em pé, em volta da mesa. O professor posiciona-se na cabeceira, tendo à frente, alguns objetos escolares de difícil visualização: uma caixa, talvez uma balança. Os pequenos aglomerados, cotovelos em cima da mesa, numa postura ao mesmo tempo curiosa e relaxada. Por trás do professor, ao lado da estante, uma prancha encostada na parede, meio caída no chão, aparenta ter sido usada. Em cima de outra mesa, do lado direito, alguns objetos e vidros, talvez produtos químicos. Na estante, mais vidros e objetos organizados. Do lado esquerdo, talvez uma prateleira, tanque ou pia. Atrás dos alunos, em vez do quadro de giz, parece um quadro mural com marcas de papel colado.

As duas fotografias analisadas anteriormente, são simbólicas na representação de uma escola que ensina através da experimentação e da prática, onde professor e alunos interagem através de materiais e objetos escolares que mediam o conhecimento. Também neste aspecto, a Reforma se faz representar, normatizando como o ensino deveria ser ministrado nas escolas profissionais, o artigo 313 definiu que seria “baseado na investigação pessoal ou na observação direta” e “na classificação dos fenômenos e das coisas”.

Cynthia Greive Veiga (2011) afirma que este movimento de inovação pedagógica surgiu entre o século XIX e XX, cujo foco era o interesse da criança e a aprendizagem pela atividade. Variava a denominação de acordo com o pensador e seu país de origem, podendo ser conhecida como “escola ativa”, “escola nova” ou “escola do trabalho” (p. 217).

De acordo com o Decreto n. 2.940 de 22 de novembro de 1928 que regulamentou a Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal, Lei n. 3.281 de 1928, a Escola Visconde de Mauá “com seus campos de experiência e laboratórios” foi enquadrada como escola profissional agrícola, onde funcionariam os cursos de Química Agrícola; Horticultura e Jardinagem; Pomicultura; Avicultura; Apicultura; Sericultura; Laticínios; Zootecnia;

---

<sup>12</sup> Blog CEMI: Centro de Memória Institucional do ISERJ, no post de 12 de julho de 2011, *A Maison Deroylle e a educação brasileira*, escrito pela historiadora Heloisa Meirelles. A autora esclarece que estas pranchas eram produzidas na Maison Deroylle em Paris, desde 1831 e traduzidas para o português, sendo usadas no Brasil e em Portugal. Disponível em <http://cemiiserj.blogspot.com.br/2011/07/maison-deroylle-e-educacao-brasileira.html> Acesso em 23 fev 2013.



Veterinária; Mecânica Agrícola; Economia Rural e Tecnologia de Indústrias Rurais. Também oferecia as seções de madeira; metal e tijolo, pedra e cimento orientadas para a área rural.

Segundo a autora citada, em 1912 o Bureau Internacional des Écoles Nouvelles definiu as características das escolas novas, entre elas: pedagogia prática; internato; trabalhos manuais; cultura do corpo; experimentação e investigação; espírito crítico; ambiente limpo, em ordem e higiênico. O Bureau definia no item 3 que “a Escola Nova está situada no campo, porque este constitui o meio natural da criança [...] os trabalhos rurais que permite realizar representam o melhor auxílio à cultura física e moral.” (ibidem, p. 219)

Desta forma, como escola agrícola, mais do que qualquer outra, a Escola Profissional Visconde de Mauá estava plenamente certificada para representar as inovações pedagógicas e suas apropriações propagandeadas pela Reforma Fernando de Azevedo.

Para esta, as finalidades do ensino técnico profissional iriam além da aprendizagem de um ofício, deveriam também “elevar o nível moral e intelectual do operariado” e “transformá-lo em elemento do progresso técnico” (Dec. 2940/1928, art. 269). Com base numa pedagogia que acreditava na escola como importante meio de transformação social, a Reforma estabelecia que as escolas profissionais se organizassem em cooperação e deveriam “manter e desenvolver a sua solidariedade orgânica”. (ibidem, art. 274)

Num país onde o desenvolvimento capitalista foi tardio, com um passado recente de escravidão e altos índices de analfabetismo, a escola se apresentava como a grande redentora, capaz de superar e acelerar o crescimento econômico e social.

A seguir as fotografias pertencentes aos subgrupos *oficinas; seções e atividades laborativas*, nos remetem a expressão “*colmeias laboriosas*”, empregada por Sônia Camara para caracterizar a Reforma (op.cit.).



Figura 5: Horticultura. Autoria indefinida.  
1928-1930 (Centro de Memória ETEVM/CEMEF)



Figura 6: Seção de Tijolo, Pedra e Cimento.  
Autoria indefinida. 1928-1930  
(Centro de Memória ETEVM/CEMEF)



Figura 7: Oficina de carpintaria. Autoria indefinida.  
1928-1930 (Centro de Memória ETEVM/CEMEF)



Figura 8: Oficina de Metal (Forja). Autoria indefinida.  
1928-1930 (Centro de Memória ETEVM/CEMEF)

Nas fotografias 5 e 6, o enquadramento foi o mais amplo possível. Percebe-se que o fotógrafo pretendeu mostrar a extensão dessas atividades, sua amplitude e que os alunos se integram na paisagem através do trabalho. São apenas meninos e já trabalham pesado, se fossemos analisá-las a partir da concepção de infância e escola contemporâneas, seria difícil de acreditar que se trata de uma escola pública. A horta bem cuidada e produtiva demonstra que o trabalho era cotidiano. Desta forma, podemos inferir que as ferramentas próprias da agricultura faziam parte do rol de material escolar: pás, ancinhos, regadores, semeadeiras, foices, etc. Não é possível visualizá-los na fotografia, mas se apresentam indiretamente através do produto do trabalho (a horta). Ao fundo, o prédio principal da escola, o Triângulo, majestoso, completa a paisagem. Na fotografia 6, os alunos constroem a alameda que,

algumas décadas depois, seria denominada *Bianor de Lucas*, homenageando um inspetor de alunos. Estão todos uniformizados e usam chapéus para se proteger do sol. No alto da alameda, o mestre observa o trabalho do grupo. Dois alunos descem carregando carrinhos de mão. Em pé, na subida, outro aluno levanta uma marreta, batendo na estaca abaixo. O grupo de alunos, abaixados à esquerda, corta e monta as pedras que formam o limite da alameda. Nesta fotografia, percebemos, claramente, como ferramentas de trabalho eram sinônimos de material escolar nas escolas profissionais da Reforma. Em ambas as fotografias, os alunos trabalham juntos, representando o espírito de cooperação social definido na Reforma.

Nas fotografias 7 e 8, realizadas dentro das oficinas, a presença do mestre geral, Waldemar Barros, chama a atenção. Posicionado ao centro da fotografia, bem vestido, colete, relógio de bolso, gravata, sapatos bem engraxados, destoa do ambiente de trabalho próprio de uma oficina. Sua presença contrasta com a dos alunos com seus uniformes de trabalho e aventais sujos pelos afazeres próprios do local. Estes trabalham de forma autônoma, trabalhando em alguma peça ou executando determinada tarefa. A presença do mestre geral bem vestido, de mão na cintura e olhar firme, representando a disciplina, ordem e hierarquia tão valorizadas nas modernas sociedades capitalistas, nos permite refletir sobre as bases em que se fundamentavam a Reforma.

Na oficina de madeira (figura 7), os alunos aparentam menor idade, trabalham nas quatro bancadas com tornos, estas bem distribuídas espacialmente, apresentam outros materiais e instrumentos próprios para modelagem em madeira, além de vários blocos já cortados e empilhados. O enquadramento escolhido pelo fotógrafo nos permite observar que as oficinas possuíam grandes ‘portas de correr’, que davam para o pátio interno da escola. Abertas, como na imagem, proporcionavam iluminação e ventilação. No canto ao lado da porta, presa na parede prateleiras, uma mesa e pendurado na parede um calendário, onde lemos 21. Caso tenha sido atualizado neste dia, podemos afirmar que nossa coleção foi feita no dia vinte e um de algum mês entre 1928 e 1930. Neste espaço, encontram-se encadernações e papéis, folhas que deveriam ser croquis de peças.

Neste aspecto, cabe uma ressalva sobre a interação do ensino de desenho com o trabalho nas oficinas. O Dec. 2940/1928 regulamentava esta relação estabelecendo que “para o gênero de exercícios de ‘croquis’ cotado, cada aluno terá seu caderno especial

denominado – caderno de oficina no qual desenhará os estudos de aula para a devida execução na oficina” (Art. 314, §2º, b). Onde se supõe que as encadernações e folhas de papéis, que aparecem na imagem, fossem cadernos de oficinas contendo croquis.

Na oficina de forja (figura 8), as ferramentas e instrumentos de trabalho, maquinários espalham-se pela imagem, marcando forte presença. Nota-se que as oficinas são amplas, bem iluminadas e ventiladas e integradas por passagens internas. No alto, passando de uma oficina para outra uma espécie de correia de transmissão da força motriz de onde saem vários fios. Uma escada alta encostada ao poste indicava a necessidade de manutenção constante deste mecanismo, realizada provavelmente pelos próprios alunos.

É interessante notar que nas fotografias das seções e atividades laborativas, diferentemente das imagens do subgrupo salas de aula, o professor assume uma postura de supervisão, que nos remete à figura do patrão ou do gerente na sociedade capitalista.

Neste aspecto, a regulamentação da Reforma, procura aproximar as escolas profissionais dos estabelecimentos industriais do período. Nestas escolas deveriam funcionar seções industriais, onde além de aprender os alunos produziam por encomenda. O Decreto 2.940/1928 estabelecia, inclusive, que o lucro permitido com a venda dos produtos não poderia comprometer o “preço médio de venda no mercado” (Art. 329, § 5º).

As próximas imagens são dedicadas ao pensamento higienista que permeava a Reforma. Esta estabelecia uma parte específica para tratar dos assuntos relacionados ao higienismo, como: educação física, inspeção médica e dentária escolar, higiênica infantil, assistência alimentar e sanitária, entre outros (Parte VIII, Títulos I-VI).

Sonia Camara analisando Fernando de Azevedo como um homem inserido nos debates e relações sociais de seu tempo, afirma que a Reforma no Distrito Federal pode ser caracterizada como um movimento de intelectuais que acreditava na “... educação como elemento de higienização, de eugenia e, portanto, de civilização do país” (op. cit., p. 181).

Para representar a Reforma, escolhi duas fotografias do subgrupo *higienismo*, a imagem da aula de educação física e a do gabinete dentário.



Figura 9: Educação Física Autoria indefinida.  
1928-1930 (Centro de Memória ETEVM/CEMEF)

O fotógrafo enquadrou a imagem de um plano superior, permitindo visualizar toda a extensão do exercício físico. Os alunos estão uniformizados e calçados, formando fileiras ordenadas, pés juntos e braços estendidos perpendicularmente ao tronco. Numa formação típica para exercícios calistênicos, própria da educação física neste período. As cabeças inclinadas ligeiramente para o lado direito olham para as lentes que fotografam. O campo de futebol limpo e planado, local escolhido para a fotografia, não poderia ser mais apropriado. Ao fundo é possível ver uma das traves do gol, testemunha que neste espaço se praticava o esporte regularmente.

A Reforma instituíva obrigatoriamente a educação física diariamente a todos os alunos. De acordo com as finalidades, através dela seria possível desenvolver hábitos higiênicos, disciplina social, qualidades morais, confiança em si mesmo, rapidez de raciocínio e decisões (Arts. 441- 442). Ou seja, os objetivos superavam o simples fortalecimento muscular. A intenção era produzir cidadãos saudáveis física e mentalmente, com capacidade produtiva.

A fotografia a seguir, gabinete dentário, também considero emblemática para caracterizar a Reforma.



Figura 10: Gabinete dentário. Autoria indefinida. 1928-1930 (Centro de Memória ETEVM/CEMEF)



Figura 11: Propaganda de broca de dentista movida a pedal. O Estado de São Paulo, 21 dez 1919.

A inspeção dentária escolar instituída pela Reforma foi regulamentada pelo Dec. 2940/1928. Os inspetores deveriam ser concursados e diplomados como cirurgião dentista (Art.504-505). Tinham como obrigação, visitar uma vez por semana, os gabinetes dentários instalados nas escolas; realizar duas vezes por ano, exames dentários em todos os alunos da escola e realizar palestras sobre a importância da higiene bucal (Art. 503).

Apesar da Reforma regulamentar o serviço dentário, poucas eram as escolas que possuíam gabinetes dentários, a Visconde de Mauá era uma delas, mas fora instalado em 1923, durante a gestão de Orlando Corrêa Lopes (GAZE, 2013). As pesquisas nos jornais apresentaram notícias sobre a inauguração de gabinetes dentários a partir de 1925, durante a gestão de Carneiro Leão na Diretoria de Instrução Pública, por iniciativa de inspetores escolares com verbas da caixa escolar e dos próprios professores. Na Escola Pereira Passos (29 ago. 1925), na Escola Municipal Araújo Porto Alegre (15 jun. 1926), na Escola Floriano Peixoto (29 jun. 1926), na Escola Fernandes dos Santos (6 nov. 1926), na Escola Silva Jardim (30 out. 1928), no distrito escolar de Campo Grande (15 dez. 1929).

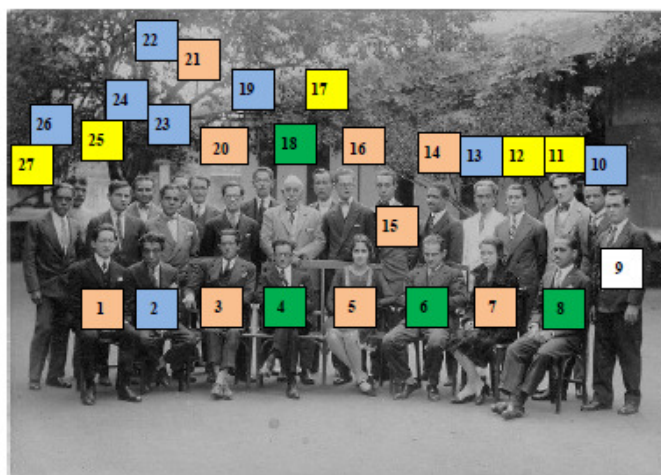
Através da fotografia, vemos que o gabinete não era grande, mas parecia estar equipado. Conta com mesa e cadeira de dentista, uma broca a pedal aparece por trás do aluno e do dentista Climaco Anésio da Costa. O anúncio deste tipo de broca era encontrado dez anos antes, nos jornais da época, conforme demonstra a figura 11. Uma aparente instalação d'água na parede, uma cuspeadeira. Em cima da mesa alguns objetos próprios da profissão. O dentista ergue a mão como se fosse apanhar um desses instrumentos, o aluno-paciente

aguardava sentado com as mãos cruzadas em cima do corpo, com ar sério, mas tranquilo e o olhar direto para a câmera, parecia não temer os procedimentos necessários ao tratamento dentário, servindo como exemplo para os outros que aguardavam.

A última fotografia a ser analisada neste trabalho foi a que retratou o corpo administrativo e docente da Escola, identificado pelo professor Guttman e pelas publicações das designações da Diretoria Geral de Instrução Pública.



Figura 12: Diretor Álvaro Palmeira e o corpo administrativo-docente da E. P. Agrícola Visconde de Mauá. Pátio interno da escola. Autoria indefinida. 1928-1930 (Centro de Memória ETEVM/CEMEF)



Apresento a seguir esta identificação:

Nº	NOME	DISCIPLINA/CARGO
1	Luiz Palmeira	Higiene Industrial
2	Modestino Kanto	Auxiliar de Modelagem
3	Augustine	?
4	Álvaro Palmeira	Diretor da Escola
5	Ruth Rabello	Ciências Físicas

6	Augusto de Lima Brandão	Vice-diretor–Física
7	Irecê de Castro Miranda	Matemática
8	Climaco Anesio da Costa	Dentista
9	Não identificado	-----
10	Waldemar Barros	Mestre Geral
11	Alfredo Freire da Costa	Inspetor de Alunos
12	Afonso Martinez	Inspetor
13	Francisco Alves	Mestre Mecânica Agrícola
14	Octacilio Elydio da Silveira	Desenho
15	Mario de Queiroz Rodrigues	Educação Física
16	Mario Cunha	Português, Geografia e História
17	Aristides Brasil Ferreira Baptista	Inspetor Chefe de Alunos
18	Antonio Olinto Barbosa de Castro	Escriturário
19	Artur Pereira da Silva	Segeiro e Correeiro
20	Sylvio Braga e Costa	Anatomia e Fisiologia
21	Indalicio Franco Fonseca	Música e Canto
22	Aristides José dos Santos	Modelagem em Madeira
23	Manoel Verçosa Fraga	Agricultura e Zootécnica
24	Jefferson Moreira Santiago	Segeiro e Torneiro
25	Jose Peregrino da Silveira	Inspetor de Alunos
26	Jose de Moraes Pinto	Mestre de Carpintaria
27	Jose Bogado de Oliveira	Inspetor de Alunos

É possível identificar certa ordem hierárquica na disposição dos sujeitos da escola. Direção e a maioria dos professores do Curso Complementar sentados, à frente e funcionários, mestres e contramestres, em pé, atrás. Ao centro, sentado, o Diretor Álvaro Palmeira. Atrás dele, em pé, o escriturário Olinto, o funcionário mais antigo da escola, percebe-se por sua postura altiva, apoiado na cadeira do Diretor, que cumpre um papel importante na gestão da escola. A fotografia foi tirada no pátio interno do Triângulo, prédio das oficinas, que deu origem à escola. Conforme observou Ciavatta (1993) estão muito bem arrumados, todos os homens com terno e gravata, as professoras elegantemente vestidas.

A elegância dos profissionais contrasta com o chão de terra do pátio. Tratando-se de uma escola profissional agrícola, é pouco provável que trabalhassem vestidos assim cotidianamente, vieram preparados para serem fotografados. Isto possibilita concluir que a sessão de fotografias foi acertada previamente.

### Considerações Finais



O uso de fotografias como fonte privilegiada neste trabalho, permitiu compreender como são ricas as possibilidades de pesquisa para historiadores que procuram usá-las na construção do conhecimento histórico.

Pela finalidade que se propõe neste texto, ficou inviável o uso da coleção inteira, mas isto não comprometeu as reflexões aqui apresentadas, já que a divisão em subgrupos permitiu uma análise do seu conjunto.

Apesar de não ter conseguido identificar a autoria e definir precisamente a data em que foi produzida, a coleção de fotografias permitiu diversas reflexões sobre o ideário proposto pela Reforma de Fernando de Azevedo através da defesa e consolidação da educação como reformadora social e civilizadora da nação.

Através das fotografias, observamos representações da cultura material escolar presentes na Reforma Fernando de Azevedo, que se expressou na edificação escolar arejada e iluminada; mobiliário adequado; lições de coisas; higienismo; educação física; higiene bucal, uniforme escolar; aprendizagem pelo trabalho coletivo, limpeza, organização e disciplina, experimentação estão representadas nas imagens e fizeram parte das reflexões realizadas.

Não pode ser mera coincidência que cada imagem representasse pontos da Reforma que a identificavam com as características basilares do movimento educacional escolanovista, esta mensagem foi intencional e materializou-se através das escolhas do que deveria ou não ser retratado.

Estas características foram expressas pelas relações representadas nas imagens entre sujeitos e objetos da escola, ambos de forma integrada e harmônica contribuíram para representar a cultura escolar, na leitura da Reforma como um marco histórico na educação brasileira.

Para finalizar, contraditoriamente, a Reforma Fernando de Azevedo tão preocupada com a questão da higiene e saúde escolar, não faz nenhuma menção à segurança de crianças e adolescentes em ambientes e atividades de trabalho que, se ofereciam riscos a trabalhadores adultos, que dirá aos pequenos trabalhadores.

## Referências

ADDOR, Carlos Augusto. Ilusões Revolucionárias. **Revista de História**. RJ, set. 2007. Seção Artigos. Disponível em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/ilusoes-revolucionarias> >. Acesso em: 12 fev. 2013.

AGCRJ. Prefeitura do Distrito Federal. Decreto N. 2940, de 22 nov 1928. Regulamenta a Lei N. 3.281 de 23 de janeiro de 1928 que organizou o Ensino no Distrito Federal.

CAMARA, Sônia. A Reforma Fernando de Azevedo e as Colmeias Laboriosas no Distrito Federal de 1927 a 1930. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Org.) **Reformas educacionais: As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 177 – 196. (Coleção memória da educação)

CIAVATTA, Maria. **A Escola do Trabalho: história e imagens**. Niterói, RJ: UFF, Faculdade de Educação, 1993 (Tese de Livre Docência)

FAETEC. Centro de Memória da ETEVM. Coleção de fotografias da Escola Profissional Agrícola Visconde de Mauá. Autoria indefinida. 1928-1930?

GAZE, Isabella P. **Orlando Corrêa Lopes: a gestão de um anarquista na Escola Profissional Visconde de Mauá (1916-1927)**, Rio de Janeiro: UNIRIO, Programa de Pós-graduação em Educação. Dissertação de Mestrado, 2013.

HERNANDEZ DIAZ, J. M. Etnografía e Historia Material de la Escuela. In: ESCOLANO BENITO A.; HERNANDEZ DIAZ, J. M. **La Memoria y el Deseo: Cultura de la escuela y educación deseada**. Valencia, 2002. p. 225- 246.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX**, Niterói, UFF, Programa de Pós-graduação em História Social, Tese de Doutorado, 1990. Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/labhoi/files/dssam.pdf> > Acesso em: 12 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. **Revista Tempo**, RJ, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98. Disponível em: < [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf) > Acesso em: 12 dez. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.

VEIGA, Cynthia G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.